

Junho de 2013

A sociedade enfrenta o Estado

RUBENS FIGUEIREDO
(ORGANIZADOR)



JUNHO DE 2013

A sociedade enfrenta o Estado

Copyright © 2014 by autores

Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cry**

Assistente editorial: **Michelle Neris**

Projeto gráfico: **Crayon Editorial**

Capa e diagramação: **Santana**

Imagem da capa: **Michael Melo/FRAME/Estadão Conteúdo**

Impressão: **Sumago Gráfica Editorial**

Summus Editorial

Departamento editorial

Rua Itapicuru, 613 – 7º andar

05006-000 – São Paulo – SP

Fone: (11) 3872-3322

Fax: (11) 3872-7476

<http://www.summus.com.br>

e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor

Summus Editorial

Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado

Fone: (11) 3873-8638

Fax: (11) 3872-7476

e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. NÃO FOI SÓ PELOS 20 CENTAVOS	15
2. A “ESPIRAL DO SILÊNCIO” E A ESCALADA DA INSATISFAÇÃO	23
Rubens Figueiredo	
3. UMA VISÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DOS PROTESTOS JUNINOS	39
Roberto Macedo	
4. OS EMPRESÁRIOS E OS MOVIMENTOS DE RUA	61
Ney Figueiredo	
5. A FORÇA DAS REDES SOCIAIS	73
Marcelo S. Tognozzi	
6. ENTRE O LOCAL E O GLOBAL	87
Bernardo Sorj	
7. A MULTIDÃO PODEROSA VIROU PLEBE IGNARA E TUDO FICOU COMO DANTES NA REPÚBLICA DE ABRANTES	99
José Nêumanne Pinto	

8. A SEGURANÇA PÚBLICA E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013	115
Tulio Kahn	
9. ENTRE O LIBERTÁRIO E A USURPAÇÃO	133
Denis Rosenfield	
10. OS JOVENS NA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA BREVE ANÁLISE POLÍTICA	145
Rogério Schmitt	

Apresentação

*“A gente pensa que vai vir o inevitável e vem
o inesperado.*

*Ser realista é reconhecer o emergente,
o que surge de repente, e saber se adaptar a isso.”*

Fernando Henrique Cardoso

(*A soma e o resto*, Rio de Janeiro,

Civilização Brasileira, 2011, p. 27)

O TEMPO NÃO ALTERA a grandeza ou a pequenez dos acontecimentos, mas estabelece limites de interpretação em relação a eles. A história não espera o passado deixar suas marcas. Ela segue. E, no Brasil, a força avassaladora dos fatos do dia a dia – o que poderíamos chamar da “política do depois de amanhã” – encobre e leva, como uma enxurrada, o fato histórico anterior, mesmo que ele tenha sido monumental. É capaz de tornar corriqueiro o surpreendente, de lançar uma cortina sobre a luz.

Povo na rua em 360 cidades. Mais de 700 protestos. Tentativas de invasão de câmaras municipais, assembleias legislativas e palácios de governo. Revolta generalizada. Morreram seis pessoas, contabilizaram-se centenas de feridos e algo em torno de 150 manifestantes foram presos. Rodovias foram bloqueadas e por pouco o porto de Santos não foi paralisado. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), quase não conseguiu chegar ao seu apartamento, no bairro do Leblon, em virtude do acam-

pamento de manifestantes em frente ao seu prédio. Muita gente jovem e bonita nas passeatas, portando cartazes bem-humorados e algumas mensagens nem tanto. Uma tecnicidade inalcançável ao cidadão comum, como a PEC 37 (que retirava atribuições do Ministério Público), era discutida como se comenta um jogo de futebol ou personagem de novela. O alcance da chama foi desproporcional à potência do estopim: o anúncio de aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus.

As manifestações, que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, foram grandiosas e representaram, em muitos aspectos, algo absolutamente inédito, pela surpresa que causaram, pelo caráter da mobilização e pela ausência de instituições tradicionais, como os partidos e os sindicatos, participando da intensa movimentação social. Pesquisa Ibope, divulgada no final de julho de 2013, apontou que 89% dos brasileiros apoiavam as manifestações – trata-se de uma quase unanimidade. Elas foram seguidas imediatamente por fenômenos que, embora bem menos espetaculares, conseguiram de alguma maneira tirar o foco da movimentação junina: a violência destruidora dos *black blocs*, o jovem consumismo inofensivo dos “rolezinhos” e o grevismo corporativo oportunista, que assaltou algumas cidades buscando visibilidade para suas demandas antes do início da Copa do Mundo de 2014.

Nesse último caso, em São Paulo, motoristas e cobradores lançaram mão de engenhosa tática de greve, que consistia em retirar os ônibus da garagem da empresa, estacioná-los em ruas e avenidas de grande circulação de automóveis (preferencialmente perto dos terminais) e dar sumiço nas chaves de ignição. Não é difícil imaginar o tumulto urbano que uma iniciativa dessa natureza causou. Greves de policiais deixaram a Bahia à beira do caos, o mesmo acontecendo em Pernambuco. As redações dos meios de comunicação seriam injustas se classificassem os anos de 2013 e 2014 como monótonos.

O objetivo deste livro é recuperar e analisar, de forma multidisciplinar, os movimentos de junho de 2013. Os capítulos que

se seguem têm duas características fundamentais, que precisam ser levadas em conta para entender o alcance dos ensaios aqui reunidos. Primeiro, eles foram escritos, quase todos, no segundo semestre de 2013 e refletem, em alguma medida, o clima da mais absoluta surpresa que tomou conta da sociedade logo após os acontecimentos. Vale registrar o esforço da maioria dos colaboradores para buscar o distanciamento possível na análise de um fenômeno que, afinal, foi vivido de forma intensa pelos brasileiros e muitos povos mundo afora. É como descrever um furacão sendo levado pelo vendaval.

O segundo aspecto diz respeito à riqueza e à diversidade de interpretações dos autores – que, por vezes, permitiram voos analíticos mais abrangentes, inserindo os acontecimentos de junho em quadros de referência mais gerais. As ciências sociais não se apresentam como espaço de maratonas intelectuais onde vence quem chegar primeiro mais longe. Não faz sentido entrar numa espécie de moto-contínuo e buscar indefinidamente a causa da causa da causa. Mas é sempre importante tentar alcançar, parafrazeando de forma invertida Eça de Queiroz, por detrás da “nudez forte da verdade”, o manto diáfano das teorias mais gerais.

No primeiro capítulo, apresentamos uma linha do tempo que relembra os principais acontecimentos daquele mês de junho. Trata-se de um trabalho necessário para situar os leitores na perspectiva daquele momento. É interessante observar a sequência dos fatos e a reação errática das autoridades e das próprias lideranças das manifestações, que a certa altura do processo confessaram não ter mais controle sobre o que estava acontecendo.

No capítulo seguinte, de minha autoria, procuro explicar o ânimo da opinião pública naquela época e avançar hipóteses sobre os fatores que podem ter contribuído para a explosão social. Do ponto de vista das pesquisas de opinião, meu argumento é de que houve um AVC sem que o paciente fosse hipertenso. Não havia sinais, do ponto de vista dos instrumentos consagrados pelas Ciências Sociais – pesquisas, indicadores sociais e índices

econômicos –, capazes de, ainda que longinquamente, alcançar o que estava por vir. O que teria acontecido? Vislumbro, no final do texto, algumas hipóteses sobre os fatores de irritação da sociedade, entre eles a questão do “inferno da vida privada” e a “escalada da esperteza governamental”.

O economista Roberto Macedo faz uma esclarecedora análise no terceiro capítulo, trazendo à tona os aspectos econômicos relacionados às manifestações. Particularmente instigante, no seu raciocínio, é a apresentação de dados sobre a urbanização no Brasil, acompanhada de um mapeamento dos investimentos do governo federal nas mais diferentes áreas. Ao longo dos anos, o Brasil concentrou cada vez mais gente nos grandes centros urbanos, mas não investiu em infraestrutura para dotar essa população de serviços públicos decentes. Não por acaso, parcela significativa dos brasileiros que saíram às ruas pediam “hospitais padrão Fifa”, educação de qualidade e mobilidade urbana.

O consultor Ney Figueiredo lança luzes sobre a participação dos empresários durante as manifestações. Ou, de outra perspectiva, sobre a omissão completa desse segmento durante os momentos mais críticos dos episódios que mobilizaram a atenção nacional. Mais do que isso, Figueiredo insere o movimento na perspectiva de um quadro mais abrangente, descrevendo e interpretando a participação de entidades e lideranças empresariais no passado recente. Faz, também, uma interessante análise do “empresário sem empresa”, mostrando, com muita acuidade, de que maneira funciona o capitalismo contemporâneo e como a fragmentação empresarial torna débil a ação do setor empresarial.

“Todo eleitor é um eleitor.com” – assim inicia seu capítulo o jornalista e especialista em redes e mídias sociais Marcelo Tognozzi. Apoiando-se em dados de pesquisa, o autor faz uma interessante tipologia do usuário das redes sociais e defende a ideia de que se está criando um ambiente mais propício para fazer política no mundo virtual. Entretenimento + conteúdo relevante: essa é a fórmula. Esse tipo de mobilização e manifestação,

explica Tognozzi, não tem líderes, mas ativadores. Não são verticais, mas horizontais. No caso de junho de 2013, juntaram-se um clima social propício, um fator detonador (o anúncio do aumento da passagem de ônibus) e um instrumento disseminador da revolta: as mídias e redes sociais.

Em seu capítulo, o cientista social Bernard Sorj apresenta-nos uma interpretação de alta qualidade sobre as manifestações. “Vozes dissociadas das instituições e manifestações dissociadas das organizações”: eis um belo resumo dos movimentos de junho. Segundo Sorj, a grande novidade para uma geração acostumada a viver no mundo virtual foi a rua – e não a internet. Os jovens, que se manifestaram com tanto vigor, descobriram o “happening” político, no qual o sentimento de pertinência se alia ao de protagonismo real, dando a eles uma “sensação” de participação política efetivamente social, bem diferente de uma espécie de “solidão com amparo coletivo” (a expressão é de minha autoria) percebida nas redes e mídias sociais.

O jornalista multimídia José Nêumanne Pinto faz uma vibrante interpretação dos acontecimentos de junho, colocando sempre em tela as reações das autoridades. Lendo o texto de Nêumanne, temos a ideia de que o governo atuava a esmo, sem ter a mínima noção do que se passava de fato na sociedade. Primeiro, disse que as manifestações eram “coisa da direita”. Depois, que o povo reclamou nas ruas porque havia melhorado de vida e queria mais. Dias mais tarde, a presidente Dilma Rousseff fez um pronunciamento à nação no qual avocou a si a resolução de um amplo arco de demandas e prometeu uma reforma que ninguém pedia (a política, com plebiscito e tudo). Vale a pena ler com atenção o zigue-zague governamental analisado de forma impiedosa por Nêumanne.

Um dos maiores especialistas do Brasil na área de estudos sobre a criminalidade e violência, Túlio Kahn analisa as importantes questões relacionadas à segurança pública que estiveram presentes nos episódios de junho. O autor ressalta uma ação

particularmente desastrada da polícia, no dia 13 de junho, quando houve uma repressão desproporcional a um grupo de manifestantes que se dirigia à avenida Paulista, em São Paulo. A partir daí, o movimento criou impulso. Analisa também a falta de monitoramento das agências policiais, que se mostraram incapazes de prever a magnitude do que estava por vir. E traça um interessante “perfil das novas manifestações”, caracterizando-as de forma bastante clara.

O filósofo gaúcho Denis Rosenfield faz, no capítulo de sua autoria, uma reflexão bastante crítica acerca do PT e da estrutura política brasileira. O autor insere em sua análise a crise das instituições políticas tradicionais, como partidos, sindicatos e até os movimentos sociais mais conhecidos, que ficaram à margem das manifestações. Chama a atenção, para Rosenfield, o paradoxo de o governo comandado pelo PT, que desde seu surgimento sempre exibiu fortíssima presença nos movimentos sociais, ter-se visto obrigado a recorrer ao Exército para garantir a segurança do Palácio do Planalto. Para ele, foram instrumentalizadas, no afã de responder às demandas da sociedade, propostas como a Constituinte e a reforma política.

O cientista político Rogério Schmitt faz o que ele mesmo chama de “breve análise” da participação dos jovens na população e na política brasileira. Breve, mas esclarecedora. O capítulo se justifica porque, segundo as pesquisas realizadas, foram eles os grandes protagonistas dos movimentos de junho. O autor identifica uma diminuição na proporção representada pela juventude (de 16 a 24 anos) no eleitorado brasileiro entre 2000 e 2012. Schmitt revela que, de acordo com as pesquisas de opinião, não existe uma diferença digna de nota entre os jovens e o conjunto do eleitorado, ao menos no que diz respeito às questões referentes à democracia. Ao fim do capítulo, fica a ideia de que os jovens perderam importância quantitativa, mas, a julgar pelo que fizeram em junho de 2013, foram os principais responsáveis por uma movimentação social que entrará para a história.

Este livro é uma contribuição para o aprofundamento da análise daquela que foi, muito provavelmente, a mais complexa e difusa manifestação popular de que se tem notícia no Brasil. Quero agradecer aos colaboradores. Considero-me um privilegiado por ter coordenado o trabalho de um “time” dessa magnitude. Esperamos estar – e aqui tomo a liberdade de falar em nome de todos – ajudando de alguma maneira a entender melhor nosso país, nossa democracia e nossa gente.

Merece registro a participação entusiasmada da jornalista Cláudia Iziq. Além de fazer a análise crítica dos textos, Cláudia foi responsável pela “linha do tempo” que antecede os capítulos deste livro.

Por fim, eu não poderia deixar de fazer um agradecimento especial à família: minha mulher, Isabela, e meus filhos, Gustavo, Gabriel e Laura. Espero que eles me vejam forte, pois não imaginam a força que me dão.

Rubens Figueiredo

Julho de 2014

1. Não foi só pelos 20 centavos

6 DE JUNHO

Liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, cerca de mil manifestantes protestam contra a alta da tarifa dos transportes públicos; a polícia reage com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha.

A agência de classificação de risco Standard & Poor's coloca a nota do Brasil em perspectiva de risco em função do baixo crescimento do PIB e dos gastos do governo.

7 DE JUNHO

Cerca de cinco mil pessoas bloqueiam a marginal do rio Pinheiros; a polícia utiliza bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha e os manifestantes respondem com pedras. Uma catraca de vidro da estação Faria Lima do metrô é destruída. Quinze pessoas são detidas. Entre os manifestantes, militantes do PSTU, da União da Juventude Socialista e de grêmios estudantis da USP e de escolas particulares.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, anuncia que pedirá ao governo federal a municipalização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre os combustíveis, para baratear o transporte público.